

Grupo de Ciências Jurídico-Económicas:

João Alexandre Pateira Ferreira  
Marco Alexandre da Silva Capitão Costa Ferreira

No 1.º semestre

Carlos Manuel Costa Pina

Grupo de Ciências Jurídico-Políticas:

Dinamene Galdes Botelho Faria de Freitas Antunes  
Francisco Pais da Silva Marques  
Ivo Miguel Barroso Pêgo  
João Tiago Valente Almeida da Silveira

Grupo de Ciências Jurídicas:

David Fernandes de Oliveira Festas  
Diogo Neves Pereira Duarte  
Joana Andreia Forte Pereira Dias  
João Carlos Maurício de Matos Viana  
José Miguel de Faria Alves de Brito  
Paula Cristina Meira Lourenço  
Sónia Rute Santos Viana  
Tiago Prata Antunes Soares da Fonseca

No 1.º semestre

João Manuel Gouveia de Caires

Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas:

Jorge Filipe Silva Santos

20 de janeiro de 2014. — A Diretora Executiva, *Ana Paula Carreira*.

207638433

## Faculdade de Farmácia

### Contrato (extrato) n.º 122/2014

Por despacho de 11 de dezembro de 2013, da Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa:

Celebrado contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o Doutor Artur Manuel de Sousa Mendes Moura, para exercer funções de Assistente, em regime de dedicação exclusiva, para o departamento de Sócio Farmácia, com início a 18 de janeiro de 2014, válido por um ano, conforme o artigo 10.º, n.º 3, do Regime transitório do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto. (Isento de fiscalização prévia do T. C.).

21 de fevereiro de 2014. — O Secretário-Coordenador, *Alfredo Ferreira Moita*.

207640182

### Contrato (extrato) n.º 123/2014

Por despacho de 30 de dezembro de 2013, da Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa:

Celebrado contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a Doutora Sofia Volker Corte Real, para exercer funções de Professora Auxiliar Convidada a 10 % para o departamento de Microbiologia Imunologia, com início a 23 de dezembro de 2013, válido por dois anos, conforme os artigos 15.º e 31.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto. (Isento de fiscalização prévia do T. C.).

21 de fevereiro de 2014. — O Secretário-Coordenador, *Alfredo Ferreira Moita*.

207639405

### Contrato (extrato) n.º 124/2014

Por despacho de 16 de dezembro de 2013, da Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa:

Celebrado contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a Doutora Helena Paula Lopes Henriques Rebelo de Andrade, para exercer funções de Professora Auxiliar Convidada a 20 % para o departamento de Microbiologia e Imunologia, com início a 1 de janeiro de 2014 e termina no dia 31 de dezembro de 2015, conforme os artigos 15.º e 31.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, pu-

blicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto. (Isento de fiscalização prévia do T. C.).

21 de fevereiro de 2014. — O Secretário-Coordenador, *Alfredo Ferreira Moita*.

207640409

### Contrato (extrato) n.º 125/2014

Por despacho de 30 de dezembro de 2013, da Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa:

Celebrado contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a Mestre Maria Inês Horta Rolim, para exercer funções de Assistente Convidada a 10 % para o Departamento de Microbiologia e Imunologia, com início a 30 de dezembro de 2013 e termina no dia 29 de dezembro de 2015, com remuneração correspondente a 10 % da categoria de Assistente no escalão 1 e índice 140 da carreira docente universitária, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 20.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e do artigo 32.º e artigo 69.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto.

21 de fevereiro de 2014. — O Secretário-Coordenador, *Alfredo Ferreira Moita*.

207640247

### Contrato (extrato) n.º 126/2014

Por despacho de 30 de dezembro de 2013, da Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa:

Celebrado contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o Doutor João Paulo Travassos Leandro, para exercer funções de Professor Auxiliar Convidado a 10 % para o departamento de Bioquímica e Biologia Humana, com início a 30 de dezembro de 2013 e termina no dia 29 de dezembro de 2015, conforme os artigos 15.º e 31.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto. (Isento de fiscalização prévia do T. C.).

24 de fevereiro de 2014. — O Secretário-Coordenador, *Alfredo Ferreira Moita*.

207644857

### Despacho (extrato) n.º 3335/2014

Por Despacho n.º 20/2013, datado de 16 de dezembro, da Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, foi autorizado o adicional ao contrato de trabalho em funções Públicas a termo resolutivo certo, nos seguintes termos e referente à docente:

Doutora Maria Teresa de Sampaio Antas Botelho Aires Pereira, para exercer funções de Assistente Convidada, sem remuneração, para o Departamento de Sócio-Farmácia, com início a 1 de abril de 2013 e termina a 31 de março de 2015.

24 de fevereiro de 2014. — O Secretário-Coordenador, *Alfredo Ferreira Moita*.

207644573

## Faculdade de Letras

### Declaração de retificação n.º 223/2014

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 812/2014, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 17 de janeiro de 2014, referente à contratação da Doutora Elisabetta Colla Rosado Coelho David, retifica-se que onde se lê «Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado» deve ler-se «Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental de cinco anos».

17 de fevereiro de 2014. — O Diretor, *Paulo Farmhouse Alberto*.

207640563

## Instituto de Educação

### Despacho n.º 3336/2014

Por despacho de 30 de dezembro de 2013 do Diretor do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, proferido por delegação de competências, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, em regime de tempo parcial a 0 %, pelo período de um ano, entre este Instituto e a Doutora Cláudia Barreiros Macedo de Faria, professora auxiliar convidada, de acordo com o artigo 15.º e

o artigo 32.º-A do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, com efeitos a 16 de dezembro de 2013. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

30 de dezembro de 2013. — O Diretor, *Prof. Doutor João Pedro Mendes da Ponte*.

207644443

## UNIVERSIDADE DO MINHO

### Reitoria

#### Despacho n.º 3337/2014

Na sequência da aprovação do Regulamento do Fundo Social de Emergência da Universidade do Minho, nos termos do artigo 37.º dos Estatutos desta Universidade, pelo Despacho RT 20/2013, de 20 de fevereiro, e tendo-se verificado a necessidade de introduzir alterações ao referido Regulamento de forma a promover uma aplicação mais justa e transparente do Fundo Social de Emergência, ouvidos o Conselho de Ação Social e o Conselho de Gestão, aprovo as alterações ao Regulamento cuja redação passa a ser a anexa ao presente despacho.

O Regulamento anexo entra em vigor no ano letivo de 2013/2014, a partir da data da sua homologação.

31 de janeiro de 2014. — O Reitor, *António M. Cunha*.

#### ANEXO AO DESPACHO RT-5/2014, DE 31 DE JANEIRO

### Regulamento do Fundo Social de Emergência da Universidade do Minho

#### Artigo 1.º

##### Âmbito

O presente Regulamento enquadra a atribuição de fundo social de emergência (FSE) aos estudantes do 1.º e 2.º ciclos e mestrados integrados, bem como estudantes integrados em programas de mobilidade, matriculados e inscritos na Universidade do Minho, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/97, de 16 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 204/2009, de 31 de agosto e pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro, doravante Regulamento.

#### Artigo 2.º

##### Finalidade

O FSE é uma prestação pecuniária atribuída a fundo perdido, isenta de quaisquer taxas, que se destina a colmatar situações pontuais decorrentes de contingências ou dificuldades económico-sociais, com impacto negativo no normal aproveitamento escolar do estudante, e que não possam ser convenientemente resolvidas no âmbito dos apoios previstos pelo sistema de Ação Social para o Ensino Superior.

#### Artigo 3.º

##### Condições de elegibilidade

1 — Para efeitos de atribuição do FSE, considera-se elegível o estudante que:

a) Cumpra as condições de elegibilidade relativas ao aproveitamento escolar, à inscrição num número mínimo de ECTS e ao número máximo de inscrições, previstas no Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior Público (RABEEES) em vigor;

b) Tenha um rendimento per capita do agregado familiar elegível de acordo com o previsto no RABEEES em vigor, sendo o respetivo cálculo efetuado nos termos desse regulamento acrescido dos rendimentos provenientes de participações em sociedades. Ao rendimento apurado são deduzidas as despesas com habitação e saúde, nos termos do artigo 5.º, n.º 1, alínea e) do presente Regulamento, até ao limite de 30 % dos rendimentos;

c) Tenha um património mobiliário do agregado familiar em que está integrado, em 31 de dezembro do ano anterior ao do início do ano letivo, não superior a 240 vezes o valor do indexante dos apoios sociais.

2 — Um estudante que beneficie num dado ano letivo do apoio social direto bolsa de estudo não pode acumular, no mesmo ano letivo, de apoio atribuído ao abrigo do FSE.

3 — Excepcionalmente pode ser autorizada a atribuição de apoio do FSE quando não se verificarem os pressupostos referidos nos números

anteriores, mediante proposta fundamentada do Conselho de Ação Social (CAS) e do Provedor do Estudante.

#### Artigo 4.º

##### Valor do FSE

1 — O FSE é concedido a fundo perdido e visa corresponder a situações transitórias e de emergência, podendo consubstanciar as seguintes formas:

a) Comparticipação nas despesas com propinas de inscrição dos estudantes ou outros encargos institucionais;

b) Colmatar pontualmente as carências económicas e de sobrevivência dos estudantes, promovendo o mínimo de sustentabilidade, nomeadamente necessidades de alojamento, alimentação, saúde, e outras necessidades que decorram da frequência do ensino superior.

2 — Em conformidade com o grau de carência verificado, o valor máximo que pode ser atribuído a título de FSE a cada estudante corresponde ao valor da propina fixada para o respetivo ciclo de estudos no ano letivo do pedido de apoio em causa, a definir caso a caso de acordo com as circunstâncias concretas, o qual pode ser acrescido dos proporcionais complementos previstos no RABEEES em vigor, bem como do valor relativo a outros encargos decorrentes da frequência do ensino superior, devidamente comprovados.

3 — O valor de FSE varia consoante a situação individual de cada estudante.

4 — O valor atribuído pode ser pago numa única prestação ou em prestações.

5 — Esse valor pode ser alvo de reapreciação em caso de comprovada alteração significativa da situação económica do agregado familiar do estudante em relação ao ano anterior ao do início do ano letivo em que é feita a candidatura a FSE, sem prejuízo do disposto na b) do n.º 1 do artigo 3.º do presente Regulamento.

6 — Os apoios concedidos serão utilizados prioritariamente no pagamento das propinas, a não ser que seja autorizada outra forma de utilização, mediante proposta fundamentada do CAS e do Provedor do Estudante.

#### Artigo 5.º

##### Candidaturas

1 — O processo de candidatura ao FSE é instruído através de requerimento dirigido ao Reitor, conforme formulário em anexo, onde constem os seguintes elementos:

a) Identificação (nome; número de aluno; morada; contactos; Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão/Certidão de Nascimento do Estudante; cartão de beneficiário da Segurança Social; n.º de Contribuinte Fiscal);

b) Composição do agregado familiar, comprovada por atestado;

c) Situação escolar (curso, ano do curso);

d) Situação económica do agregado familiar, montantes do património mobiliário e imobiliário, comprovada pelos recibos comprovativos dos rendimentos e extrato das remunerações registadas na Segurança Social, referentes ao mês anterior à entrega do requerimento, comprovativos dos rendimentos provenientes de participação em sociedades;

e) Comprovativos de despesa, sendo que apenas serão consideradas: a renda da casa; o encargo mensal com empréstimo para aquisição/obras da habitação própria e permanente; água, luz e gás (sendo obrigatória a apresentação dos três últimos recibos para efeitos de cálculo da média); medicação; transportes públicos associados à frequência universitária; alimentação nas cantinas da Universidade.

f) Explicitação do motivo que justifica o pedido de FSE, montante que necessita e junção de prova documental (p. ex. comprovativo de doença, óbito, divórcio, desemprego, etc.);

g) Declaração, sob compromisso de honra, da veracidade das declarações prestadas, bem como da informação sobre quaisquer alterações aos elementos acima referidos.

2 — Para efeitos de análise das candidaturas, podem ser solicitados todos os elementos e meios de prova que se entendam necessários, como sejam declarações de honra, de forma a comprovar alguma situação específica.

3 — Após início do processo de candidatura ao apoio de emergência, o aluno tem 10 dias úteis para entregar todos os documentos solicitados no n.º 2, sob pena do processo ser indeferido.

4 — É garantida a confidencialidade no tratamento dos dados e dos elementos transmitidos, nos termos previstos na lei.